

O Brasil tem condições de se tornar o maior celeiro do mundo e uma potência energética nos próximos anos, afirmou durante seminário em São Paulo o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix.

petroleogas@atribuna.com.br

# Petróleo & Gás

## Saipem inicia obras em instituição

Escola Municipal 1º de Maio, em Guarujá, receberá cursos profissionalizantes da empresa italiana. Serão 192 vagas até o final de 2014

LUCAS KREMPER  
DAREDAÇÃO

A empresa Saipem do Brasil iniciou as obras na Escola Municipal 1º de Maio, no Jardim Boa Esperança, em Guarujá. A instituição de ensino receberá a partir de fevereiro de 2013 cursos profissionalizantes da companhia italiana. Serão 192 vagas, até o final de 2014, para as modalidades ajudante (montador), eletricista e liderança para supervisores de solda, fabricação e pré-fabricação. A previsão é que a obra esteja terminada até o próximo mês.

Segundo a empresa, o progra-



DIVULGAÇÃO

### Vagas

1

mil

empregos serão gerados pela Saipem em Guarujá



Projeção da futura instalação da Saipem: a empresa já atua em Guarujá, mas o Centro de Tecnologia e Construção Offshore está em obras

ma visa proporcionar benefícios sociais e econômicos de longo prazo à Baixada Santista, além da capacitação da mão de obra, atua ainda no fomento ao empreendedorismo e no estímulo à inovação e tecnologia.

O compromisso, acordado com a Prefeitura Municipal de Guarujá, envolve a reforma da oficina, onde acontecerá o curso de ajudante (montador) e

mais quatro salas de aula, incluindo mobiliário e equipamentos. Uma das salas será multimídia, apropriadamente equipada. A reforma das salas inclui parte elétrica e pintura, além de instalação de ventiladores novos e manutenção dos já existentes.

Os cursos irão atender as demandas do Centro de Tecnologia e Construção Offshore

(CTCO) para o cumprimento dos contratos firmados entre a Saipem e a Petrobras.

#### INVESTIMENTOS

A Saipem vai implantar em um terreno do Complexo Industrial e Naval de Guarujá (Cing) o Centro de Tecnologia e Construção Offshore (CTCO). A instalação da unidade custará, no total, cerca de US\$ 300 mi-

lhões (valor que inclui o preço pago na compra do terreno de 354 mil metros quadrados), liberados à medida que cada fase der resultados financeiros.

A empresa tem dois contratos firmados com a Petrobras, que visam a implantação de gasodutos na Bacia de Santos. Um deles, o projeto Cabiúnas, consiste na instalação de um gasoduto, com aproximada-

TERMINAL SABOÓ  
Seu espaço com qualidade

RODRIMAR  
www.rodrimar.com.br

mente 380 quilômetros de comprimento, que será instalado em profundidades d'água que variam de 0 a 2.230 metros.

O Programa de Implantação Sustentável (PIS) da Saipem prevê a abertura de mil postos de trabalho diretos, criados dentro do programa de investimentos da empresa.

Entre as principais funções demandadas pela companhia estão soldadores (muitos deles especializados), montadores industriais, operadores de máquinas e ajudantes.

Trabalhadores especializados também serão demandados, para funções como engenheiro de projeto e dutos, produção, logística e manutenção, qualidade e segurança (QHSE), entre outros.

Profissionais da Saipem já visitaram as principais universidades da região para estabelecer acordos de cooperação com essas instituições visando absorver ao máximo a mão de obra local.

## Aprovação dos royalties não atrapalha licitações, diz ministra

DE BRASÍLIA

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirma que a aprovação da Lei dos Royalties do petróleo pela Câmara não vai atrapalhar as rodadas de licitações para novos poços de petróleo e gás no ano que vem. Ela diz que o regime de partilha estava previsto tanto no relatório do senador Vital do Rego (PMDB-PB), aprovado pela Câmara, quanto no do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), rejeitado.

“Teremos no ano que vem, com certeza, procedimentos para ampliar a exploração de petróleo e gás, independentemente do veto ou da judicialização”, diz a ministra, antes de almoço com líderes do

PTB no Senado. A possibilidade de haver recursos dos Estados produtores na Justiça é tida como certa no governo, porque o projeto aprovado pela Câmara beneficiou estados não produtores, que também receberão royalties.

“No caso da concessão, temos hoje uma legislação, que poderá ser contestada ou não. Mas se for contestada, temos lei em vigor. De qualquer forma, há legislação sobre isso. No limite, faz com a legislação em vigor”, diz a ministra.

O governo planeja realizar em maio a 11ª Rodada de Licitações, que levará a leilão 174 blocos, e uma rodada exclusiva para a área do pré-sal, prevista para novembro de 2013.

Pelo projeto aprovado pela Câmara, haverá redução escalonada dos ganhos de municípios produtores de petróleo. Pela lei aprovada, regras serão mudadas até mesmo para contratos em vigor. Ideli acha que é tudo uma questão de interpretação e, no fim, a palavra final ficará com a Justiça. “O problema é que a Justiça às vezes demora muito”.

O texto que vai à sanção reduz de 26,25% para 20% os recursos de royalties dos Estados produtores - como Rio de Janeiro e Espírito Santo - nas áreas já licitadas. Diminui, ainda, já no próximo ano, de 40% para 34% o que esses Estados recebem de participação especial, espécie de bônus por grandes produções. Esse percentual



AGÊNCIA PETROBRAS

Próxima Rodada de Licitação deve ocorrer em maio e levará a leilão 174 blocos, ainda não definidos

chegar a 20% em 2020. Os municípios produtores têm perdas ainda maiores, de 26,25% para 4%, em 2020, em relação aos royalties, e de 10% para 4%,

no mesmo período, em relação à participação especial. A União também cairia, em termos percentuais, de 50% para 42% na participação especial e

de 30% para 20% em royalties. Os únicos beneficiados seriam Estados e municípios que não produzem petróleo. (Estadão Conteúdo)

## Rio pode perder R\$ 4 bi em 2013 Relator fica surpreso com votos

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), reforça que está tranquilo a respeito do projeto aprovado na última terça-feira no Congresso sobre a divisão dos royalties do petróleo porque acredita que a presidente Dilma Rousseff irá vetá-lo. Após a votação do projeto, o governador emitiu nota em que se dizia tranquilo acreditando que a presidente Dilma Rousseff irá vetar a medida. Segundo Cabral, a perda para o Estado do Rio seria de R\$ 4 bilhões apenas em 2013, caso a presidente não veto o projeto.

“Isso inviabiliza Copa, Olimpíadas, pagamento de pensionistas, aposentados e da dívida”, afirma. Cabral repete que a questão não o preocupa porque a presidente não sancionará projetos de lei que alterem contratos já assinados e campos já leiloados. Além disso, ele ressaltou que Dilma sinalizou que não sancionará um projeto de lei que é inconstitucional.

“Estou me baseando em uma declaração pública da presidente”, diz. Segundo o governador do Rio, o projeto de lei gera um colapso nas finanças públicas

do Estado. “É absolutamente inviável”, declara. “É a bancarrota do Estado”.

A Constituição garante, conforme o governador, que os Estados afetados pela exploração do petróleo sejam compensados. “O artigo 20 da Constituição foi ignorado”. Além disso, o governador defende que o estado sempre esteve aberto a discussões sobre novas divisões de royalties e enfatiza que o Rio tem um bom gerenciamento dos recursos provenientes dessa receita. “Inclusive direcionamos parte dela para um fundo ambiental”. (EC)

Relator do projeto de distribuição de recursos dos royalties do petróleo, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) diz que se surpreendeu pela aprovação da sua proposta na Câmara dos Deputados. Numa reviravolta não esperada pelo governo, o texto foi aprovado pelos deputados na noite da última terça-feira por 286 votos a 124. Vital diz que esperava que seu projeto fosse “aperfeiçoado” naquela Casa e não aprovado na íntegra, como ocorreu.

“Depois de oito meses, eu me surpreendi positivamente porque a Câmara passou esse tem-

po todo estudando o meu projeto, enquanto o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) preparava um projeto alternativo”, afirma.

Vital acha que ainda é cedo para falar em possíveis vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto. Ele acredita que Dilma “vai agir com serenidade no tratado desse tema polêmico, como tudo o que versa suas decisões”.

Como argumento, lembra que o projeto dos royalties foi plenamente debatido nas duas Casas. “Nos últimos dois anos, os parlamentares nunca se posicionaram num tema tão firmemente como nesse. Foram

54 votos no Senado e 286 na Câmara”.

O texto que será encaminhado ao governo beneficia Estados e municípios não produtores e não prevê a aplicação dos recursos dos royalties na educação, como queria a presidente Dilma Rousseff.

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, diz que a presidente Dilma não deverá vetar a parte referente ao regime de partilhas, porque esse não sofreu modificações. Quanto ao regime de concessões, não há nada definido. (EC)